

O ministro da tutela das comunicações (à esquerda) destacou na conferência que reuniu vários reguladores internacionais os temas "quentes" do sector em análise no âmbito da presidência portuguesa



DESAFIOS DA CONVERGÊNCIA

As comunicações electrónicas estão em mudança acelerada. A tecnologia e a convergência colocam aos reguladores sectoriais enormes desafios no sentido de se adaptarem e terem capacidade de resposta. A Anacom pôs em confronto vários responsáveis de mercados europeus, e não só para debater o tema, numa altura em que se está a avançar com a revisão do actual quadro regulatório comunitário

A regulação das comunicações electrónicas é um crescente desafio para as entidades que têm por missão promover a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento social e económico, a justa concorrência entre empresas e a satisfação das necessidades dos consumidores. A tarefa torna-se ainda mais complexa à medida que a indústria, a tecnologia e os hábitos de consumo se vão alterando a uma velocidade cada vez maior. Já não se trata apenas de regular, legislar e garantir. Trata-se também de saber como acompanhar e reagir às mudanças. E a crescente convergência entre serviços, plataformas e equipamentos veio agudizar esta situação, de tal forma que são já muitos os que defendem que este é mesmo um dos maiores reptos com que se defrontam os reguladores.



de diferentes países, dirigentes de empresas e académicos, assim como membros de organizações internacionais relevantes.

Na abertura dos trabalhos, Amado da Silva, presidente da Anacom, defendeu a necessidade de debater a regulação sem preconceitos, não a subordinando a nenhum factor, para que se possa responder aos grandes desafios do sector. Ao contrário do que muitos defendem, garante que a regulação “não tem que se adaptar à convergência”, mas sim interpretar os sinais dos tempos, pelo que os reguladores têm que promover um debate muito aberto.

Mário Lino, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamou precisamente a atenção para este desafio inteiramente novo que é a convergência e para a forma como esta está a mudar tudo. O conceito não é novo, mas sim a forma como ela já é vivida na prática. “Até agora, cada tecnologia e cada serviço estava disponível numa rede, plataforma ou equipamento muito específico, mas hoje já não há dependência entre conteúdos, redes e equipamentos.” Novas formas de distribuição, novas oportunidades de negócios, novas formas de colaboração entre criadores e fornecedores de conteúdos estão já inteiramente disponíveis.

No seu entender, esta realidade traz “novos e importantes desafios aos reguladores europeus” e exige uma “nova política e uma reformulação do actual quadro regulatório das comunicações electrónicas”, prevendo-se que a Comissão Europeia presente em meados de Novembro propos-

tas legislativas de revisão. Para o ministro, identificam-se duas questões fundamentais: a consolidação do mercado interno, tornando-se necessária uma maior cooperação e harmonização de procedimentos entre as autoridades nacionais, reforçando ainda estas com mecanismos que lhes permitam defender a concorrência; e a política de espectro, cuja regulação terá de acompanhar os desenvolvimentos tecnológicos, havendo que garantir um quadro legal europeu coerente e que assegure o uso eficiente do espectro.

Além da revisão do actual quadro regulamentar, há outros temas que estão em destaque no âmbito da presidência e que são fundamentais para o sector. É o caso da proposta de decisão da Comissão sobre serviços móveis via satélite (faixa 2 GHz), que trará uma nova dinâmica ao mercado, a par da proposta de revisão da Directiva GSM, da implementação da TV móvel, suportada numa estratégia pan-europeia. E ainda do

dividendo digital, no âmbito da passagem da TV analógica para a TV digital, tema que será objecto de análise na WRC-07, já em Outubro.

A nível nacional, salientou os actuais desafios para colocar o País entre os melhores na dinamização das TIC e no aproveitamento das oportunidades que resultam da convergência de serviços e tecnologias. É o caso da maior acessibilidade, de uma maior penetração das comunicações electrónicas e redes avançadas que permitam o serviço universal, de novas plataformas para potenciar mais serviços, do governo electrónico, da generalização da utilização de computadores com acesso à banda larga. Metas que visam promover o desenvolvimento sustentado e que têm presente que a convergência deve ser, antes de mais, uma “convergência de pessoas e ideias”.

Defesa da concorrência

Uma das ferramentas que a União Europeia pretende utilizar para melhor enfrentar os desafios da convergência é o quadro regulatório das comunicações electrónicas, um documento actualmente em fase de revisão. O debate em torno do novo texto e a proposta que a Comissão Europeia (CE) está a elaborar nesta área

centram-se em quatro grandes temas: protecção do consumidor e privacidade, regulação económica e concorrência, mercado interno e, finalmente, gestão do espectro. A nova proposta representa igualmente o aprofundar da atenção das entidades regulatórias sobre dois aspectos fundamentais nos dias

Amado da Silva defendeu a necessidade de debater a regulação sem preconceitos, não a subordinando a nenhum factor, para que se possa responder aos grandes desafios das comunicações electrónicas e interpretar os sinais dos tempos

de hoje: a segurança e a acessibilidade.

Segundo Fábio Colasanti, director-geral para a Sociedade de Informação e Media da CE, muita coisa irá mudar no próximo quadro regulatório, sobretudo no que respeita à sua capacidade de acompanhar as dinâmicas da tecnologia e dos mercados. Mas se há coisas que mudam, outras, garante, ficarão na mesma. “O que não irá mudar no novo texto são os fundamentos por detrás da promoção da competitividade e da concorrência.” O actual quadro regulatório “acautela bem a necessidade de promover a concorrência e não põe de parte a introdução de um ou outro novo elemento” e “os critérios de base do actual tratado respondem bem aos actuais e futuros desafios da concorrência”, garantiu num encontro onde estiveram vários responsáveis de vários reguladores europeus – Itália, Espanha, Hungria, além do Brasil e da Índia, e ainda um representante da ODCE. ■

Sob o tema genérico “Regulação da Convergência – Convergência da Regulação”, a Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) realizou uma conferência que se centrou exactamente nos desafios que resultam para a regulação do desenvolvimento e acesso a redes de nova geração, da concorrência nos mercados emergentes, do desenvolvimento de novos modelos de negócio, da aplicação de novos modelos institucionais de regulação e das políticas de gestão do espectro radioeléctrico. Assim como das implicações destas novas realidades para os cidadãos em geral, nomeadamente no âmbito da prestação do serviço universal de comunicações electrónicas. Para tal, reuniu neste encontro, que se inseriu nas iniciativas no âmbito da presidência portuguesa da UE, vários representantes de autoridades nacionais de regulação (ARN) sectoriais